Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 06 de dezembro de 2018
Ata N.º 13

No dia seis de dezembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – 3.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021;

PONTO DOIS – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO TRÊS – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Remoção de monos, verdes e afins – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO QUATRO – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Limpeza de bermas fora dos perímetros urbanos - União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO CINCO – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências – Limpeza urbana - Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO SEIS – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo;

PONTO SETE – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;

- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Paula Cristina Guerreiro Sobral.
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Tomás Anjos Barão;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontrava presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás Anjos Barão** que se encontrava presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço, Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião e Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires da CDU,** e **Sr. Tomás Anjos Barão do BE**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, hoje como reunião extraordinária que é não temos período de antes da ordem do dia e vamos diretamente tratar da primeira proposta.

Para apresentação da primeira proposta pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer introduzir o tema passando-lhe de imediato a palavra."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – 3.ª Revisão ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, muito obrigado. Cumprimento V.Exa., os restantes membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Vereadores, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, comunicação social assim como os trabalhadores do município que nos acompanham.

Esta proposta da 3ª Revisão ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano de visa efetuar os ajustamentos finais aos documentos previsionais adequando-os à execução física e financeira que se estima vir a ocorrer até à conclusão do corrente ano económico com projeções calculadas em função do histórico verificado até à data e em conjugação com a programação dos restantes meses do ano.

No capítulo da receita efetuaram-se anulações no valor global de três milhões noventa mil novecentos e dezasseis euros, as quais incidem sobre as rubricas transferências de capital e de passivos financeiros em resultado da reprogramação de diversas obras e projetos cofinanciados por fundos comunitários, administração central e empréstimo de médio e longo prazo contratado.

Na despesa, destacaria aqui no caso das despesas com pessoal, daria alguns exemplos, que nós temos aqui uma redução líquida de seiscentos e dezasseis mil euros, temos menos cerca de quatrocentos e setenta e um mil e quinhentos euros nas despesas com remunerações. Há, de facto, um conjunto muito significativo de saídas de trabalhadoras e trabalhadores por aposentação, falecimento, mobilidade na categoria, intercarreiras, cedências de interesse público, períodos experimentais no âmbito de concursos para outros serviços da Administração Pública, licenças sem remuneração, rescisão de vínculo, e há sobretudo, também, uma verba que tem que ver com a não concretização de recrutamento programados, mas não por opção política apenas são processos que estão a decorrer, mas que tínhamos que ter cabimento a época do seu lançamento. Durante os primeiros meses do próximo ano teremos aí um reforço de recrutamento. Temos, também, menos sessenta e sete mil e quinhentos euros na rubrica das horas extraordinárias e, naturalmente, há depois outras rubricas que têm que ver também com as despesas de pessoal que acabam por ter consequentes diminuições se não temos cá as pessoas. Por exemplo menos sessenta mil euros na rubrica de encargos com saúde e também menos dezassete mil euros, por exemplo, estou a falar apenas nos números mais significativos, em outros suplementos e prémios senhas de presença, tendo em consideração a execução verificada até ao momento e a estimativa de utilização neste caso já não é no mês de novembro é novembro e dezembro, estamos já a finalizar as últimas reuniões dos vários órgãos.

No que diz respeito às Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual de trinta e um vírgula um milhões de euros passam após esta Revisão a dispor de uma dotação de vinte e oito vírgula seis milhões, e comecemos pelos reforços. Há reforços, por exemplo, na dotação de ação edifícios municipais, remodelação e beneficiação a mais significativa é um reforço de quinze mil euros para permitir o lançamento de um procedimento para projeto de remodelação e beneficiação em edifícios das equipas operacionais em Pinhal Novo e para outras intervenções urgentes. Também há um reforço de vinte mil euros na ação material de transporte, aquisição de peças, que tem que ver sobretudo com a necessidade de peças para intervenções por administração direta na nossa oficina auto.

Nas funções sociais há também um reforço em ações do projeto ação socioeducativo, reforços de dezanove mil e cem euros para pagamento às associações de pais no âmbito das atividades de animação na educação pré-escolar; quinze mil euros, por exemplo, para apoio aos projetos educativos de escolas, temos aqui uma verba que dá praticamente para os dois anos letivos, felizmente há dezoito projetos apresentados pelas escolas que vão ser financiados. E, depois, há aqui um pequeno reforço de mil euros para aluguer de transportes, para as crianças para as festas de Natal no âmbito de projetos educativos.

Há inscrição de uma nova ação que estava no mandato anterior inscrita, Plano de Mobilidade e Transportes intermunicipal da área de influência da terceira Travessia do Tejo, foi um plano elaborado mandado elaborar por cinco municípios, nós retirámos a ação porque o plano tinha sido concluído com a entrega do relatório

final e houve aqui uma falta de comunicação da parte da Câmara do Barreiro atual, que não dominava esta matéria, que só agora veio dizer que ainda faltava a todos os municípios cada um comparticipar a sua parte o pagamento da tranche final, de modo que, para honrar este compromisso, fazemos aqui um reforço de cinco mil e quinhentos euros para permitir o pagamento da última fase do estudo que já estava concluída.

Há aqui um reforço de dez mil euros sobretudo para a comunicação, placas de informação/sensibilização no âmbito do programa resíduos sólidos.

Também o reforço da dotação de ações do projeto espaços verdes e paisagismo, para alugueres de equipamento, ainda para os estudos das palmeiras, etc.

Há uma nova ação aquisição de uma obra de arte, trata-se da aquisição do cálice de sensações de Pedro Marques, que esteve exposto durante o Festival de Moscatel, que o município entendeu que deveria ficar no concelho e na posse do município.

Nas funções económicas há aqui uma nova ação que, também, por lapso não estava inscrito ou foi retirada. Era uma ação votada no "Eu Participo!" na freguesia de Quinta do Anjo, mais um troço da rua da Escola/ estrada do Gado 2ª fase, tem esta designação, ela vai até ao entroncamento com a rua de Brejos Carreteiros, e foi efetuado um reforço de cinquenta mil euros em 2019 para permitir, nós temos agora a verba abrimos o procedimento mas na prática ele vai ser pago em 2019 e, portanto, estamos já na Revisão a pôr verbas para 2019 senão não podemos lançar concurso. Mesmo que tenhamos a verba para o lançar este ano não temos no próximo ano e isto para tudo.

Depois, anulações, como vos disse há um conjunto significativo de anulações, as movimentações são na ordem dos três milhões mas as anulações nas GOP são de dois milhões seiscentos e setenta e quatro mil euros 2.674 mil euros.

As mais significativas, cento e dois mil euros relativos aos sistemas de informação, verba excedentária face à execução prevista; quatrocentos e quinze mil euros referentes à construção/ ampliação do parque escolar, a esmagadora maioria deste valor ainda tem que ver com a reprogramação física e financeira da escola de Cabanas, cujo concurso abriu, felizmente, temos concorrente, está em análise de propostas, dentro de dias será adjudicado e duas obras que estão a decorrer neste momento, Brejos do Assa e logradouro de Cajados e, portanto, há aqui mais dezasseis mil euros, enfim, porque isto na prática vai ser tudo pago, quase tudo, no próximo ano; depois, cinquenta mil euros relativos a beneficiações diversas/procedimentos para substituição de equipamentos do espaço de jogo e recreio em Batudes e a Zeca Afonso, a primeira não se concretizou porque o procedimento não está pronto, a segunda porque, possivelmente, vai entrar na remodelação que vamos fazer pode entrar no mesmo procedimento da cozinha da Zeca Afonso e todas as beneficiações; cá está os quinze mil euros por causa da atribuição de bolsas de estudo que vão ser pagas em 2019; Trinta mil e quinhentos euros também uma verba excedentária nos apoios socioeducativos que não foi totalmente gasta; um milhão e trinta mil euros sobre instalação da unidade de saúde, a requalificação do Monte do Francisquinho, são as três coisas juntas, e a requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho e ainda requalificação do edifício PAL e do antigo edifício da GNR, portanto estas cinco obras a sua reprogramação física e financeira no total implica anular e fazer passar este dinheiro, que já está, aliás, no Orçamento do próximo ano porque já aprovámos as Grandes Opções do Plano; seis mil euros que sobraram da requalificação da rua Serpa Pinto; sete mil e quinhentos euros relativamente a uma verba sobre sua elaboração do PDM que é excedentária; oitenta mil euros obras e infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, lançámos agora uma obra duzentos e tal mil euros para Val' Flores mas, pronto, isto só vai ser tudo pago no próximo ano; vinte e um mil euros relativos à infraestruturação da Lagoinha; projeto e obra da encosta do Outeiro e remodelação da rede de esgotos na Infante Dom Henrique em Pinhal Novo, verba excedentária também face à execução prevista e um deles ainda nem sequer tem projeto; depois assim mais significativo, duzentos e sete mil euros sobre a reabilitação do lago do Jardim José Maria dos Santos e zona envolvente; arranjos exteriores da praceta João Coelho Possante; ligação do largo adjacente à Infante Dom Henrique à zona central de Pinhal Novo que é o largo da Mitra; a requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó; construção de passeio entre o centro de saúde e cemitério de Palmela, este está em curso mas grande parte da faturação terá que passar para o próximo ano como é normal; a reabilitação do lago do Jardim José Maria dos Santos, 1ª fase, depois desta revisão nos próximos dias será metido em concurso público; os arranjos da Praceta João Coelho

Possante à data de hoje já estão em concurso e, possivelmente, em abertura de propostas; do largo da Mitra temos o projeto para aprovar na próxima semana e, portanto, o procedimento também já só será lançado em Janeiro; Fernando Pó, para se ter um pouco a ideia destas coisas estamos desde junho à espera do parecer das Infraestruturas de Portugal. Depois de várias insistências do Gabinete da Presidência tenho uma reunião agendada para segunda-feira, mas este projeto vai ser discutido amanhã de manhã entre os nossos técnicos e as Infraestruturas de Portugal, que também atrasou bastante o do largo José Maria dos Santos considerando que confinante com a estrada nacional e aquilo que queremos fazer para a zona de parqueamento/paragem dos autocarros naquela zona obrigou a um parecer e alterações impostas pelas Infraestruturas de Portugal.

Depois a outras anulações assim mais significativas, dezanove mil e trezentos euros museologia e equipamentos culturais, GEsOS, portanto, é a verba excedentária face à execução prevista; quarenta e cinco mil euros relativos ao espaço museológico caminhos-de-ferro e ferroviários no Pinhal Novo também reprogramação física e financeira, acabámos de fazer um projeto que também está submetido às Infraestruturas de Portugal, porque não se trata de abrir a porta e pôr umas coisas lá dentro, nós vamos ter possibilidade de circular pela zona da antiga estação em toda a área que tem azulejos e que vai ser visitada e aquilo implica ter vedações em vidro, rampas, etc., e as Infraestruturas Portugal também têm, obviamente porque a propriedade é deles, de se pronunciar sobre esta matéria, portanto não conseguimos lançar este procedimento mas acreditamos que no início do próximo ano ele arrancará; relativamente à requalificação do antigo polidesportivo do Poceirão/pavilhão estamos aqui a transferir também dinheiro para o ano por causa da reprogramação física e financeira, só agora é que está em concurso público; onze mil e seiscentos euros repavimentação da EM 533, o troço três que estava já em curso mas, possivelmente, há faturas que só serão pagos para no próximo ano e cinquenta mil euros relativos ao PRARRÁBIDA - Janela da Arrábida.

Depois há pequenas outras mexidas que estaremos disponíveis para explicar se as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia assim o entenderem.

Sra. Presidente, esta é genericamente a apresentação da proposta e estou disponível para as questões.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões?

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado. Sra. Presidente.

Muito boa noite a si e a todos os Membros da Assembleia, Sr. Presidente Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, técnicos do município aqui em exercício de funções, público, Srs. Jornalistas uma boa noite a todos.

Sem, enfim, tentar conflituar com o que quer que seja há dois ou três aspetos que gostava de referir relativamente a esta 3ª Revisão do Orçamento 2018. A questão objetiva não está na Revisão objetivamente, a questão objetiva está no Orçamento que foi feito, nas Grandes Opções do Plano que foram apresentadas há um ano atrás. Só para termos uma pequena ideia, fazendo aqui um bocadinho de história, o ano passado mais ou menos por esta altura quando fizemos, na altura, uma 2ª Revisão ao Orçamento de 2017 faziam-se anulações no valor de cinco milhões cento e noventa e seis mil cento e trinta e três euros hoje fazemos anulações de cerca de três milhões noventa mil e novecentos e dezasseis euros. E, portanto, aquilo que está aqui em causa é uma, enfim, incapacidade de conseguir construir dentro dos "muros" do concelho de Palmela aquilo que está preconizado. Dizia o Sr. Presidente na sua intervenção na Ata de 20 de Dezembro de 2017, quando apresentou este Orçamento para 2018 e as Grandes Opções do Plano 2018-2021, vou citá-

lo: *"As despesas com investimento e este é um dado importante situam-se nos onze vírgula um milhões de euros do orçamento inicial, os recursos financeiros afetos às funções das Grandes Opções do Plano com um financiamento assegurado de vinte e oito vírgula seis milhões, cinquenta e oito vírgula um por cento dos quais onze vírgula um corresponde a investimento, vinte e dois…",* etc.,etc. Ou seja, passado tudo isto passado todo o incremento que houve, nomeadamente com o dinheiro que foi incorporado do ano anterior, nós voltamos um Orçamento, para as Grandes Opções do Plano, de cerca de vinte e oito vírgula seis milhões de euros, portanto voltamos exatamente o ponto de onde partimos sem incorporação do saldo de gerência de 2017. Portanto, partimos exatamente dos mesmos vinte e oito ponto seis, foi casuístico, digo eu que foi casuístico.

As Grandes Opções do Plano apresentam, e volto a citá-lo, *"um valor de trinta e cinco vírgula dois milhões de euros dos quais vinte e oito vírgula seis com financiamento assegurado, das Grandes Opções Plano iniciais em dois mil e dezassete, e apresenta uma estrutura que também está no quadro, anexo à proposta, e que eu relevaria o valor das chamadas Funções Sociais"* e entra por aí e, portanto, não se concretiza aquilo que foi aqui preconizado e volto a citá-lo: "Depois dizer-vos que este ciclo de qualificação e desenvolvimento, que procuramos plasmar aqui nas opções do plano, sublinham um percurso de forte aposta na qualidade de vida das nossas populações, não só nos territórios urbanos consolidados, e em crescimento …" enfim e destacar três grandes investimentos. A Unidade de Saúde de Pinhal Novo, a Ribeira da Salgueirinha e a consolidação das Encostas do Castelo e, portanto, estas foram as três grandes obras que o senhor propôs o ano passado. Estamos a falar daquilo que foi a Ata da sessão realizada a vinte de Dezembro de 2017 relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017-2020.

Mas estas eram aqui da mesma maneira que o senhor acabou agora mesmo de dizer depois há um grande investimento e volto a citá-lo *"…um grande investimento progressivo ao longo dos quatro anos nas instalações que acolhem serviços municipais, alguns são edifícios de serviços mas são também edifícios de referência em particular no Centro Histórico, Salão Nobre, mas também o edifício Pal, que será uma zona também ligada ao Turismo… Trata-se de um orçamento rigoroso, realista…"* e não vou ler mais, porque não gastaremos tempo, com certeza, com isto.

Portanto, há aqui um adiar claro das funções, muitas delas são sociais, e há aqui um detrimento de algumas obras que nos pareciam que eram relevantes, está em função daquilo que nos foi apresentado por V.Exa. na última Assembleia com o fim de apresentar o Orçamento do ano seguinte, não com a Revisão do Orçamento de 2017, que ficaram um bocadinho aquém, portanto continuamos a dizer que há aqui alguma falta de planificação, de estratégia e que acabo como comecei, o problema não está objetivamente nesta revisão está no plano que foi traçado e na dificuldade que existe hoje de se conseguir, da vossa parte, traçar um plano e cumprir esse plano dentro das limitações a que são, e que conhecem, sujeitos.

E era só, nós vamos abster-nos como temos feito habitualmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes, Executivo, funcionários, colegas da Assembleia, jornalistas presentes.

Pois, eu não vou parafrasear o que disse o colega José Carlos porque não votámos favoravelmente o Orçamento. Quando foi a aprovação do empréstimo fiquei com uma expectativa de que o Orçamento, nomeadamente as GOP's, iriam ser cumpridas com um melhor planeamento.

Quinta do Anjo continua a ter azar dos azares porque das escolas todas as que não estão terminadas, e que se vê aqui na página um, temos aqui a anulação para passar para 2019 da Matos Fortuna duzentos e vinte e um mil euros e duzentos e trinta mil, aproximadamente, a de Cabanas. Eu aqui tenho de puxar um bocadinho a brasa à sardinha, podem dizer que estou sempre a falar da Quinta do Anjo mas isto é uma constatação comprovada no papel e com os números e, portanto, as outras empresas, ou até as mesmas, cumpriram com o planeamento e com a construção das escolas. Na freguesia de Quinta do Anjo constato e verifico, novamente, que não foi cumprido o planeamento, as desculpas que houver não considero devidamente justificadas.

Depois há aqui algumas verbas que eu penso que se podia ter feito, pronto a Unidade de Saúde do Pinhal Novo não ter sido completamente concretizada mas pelo menos já bastante iniciada. Tinha a expectativa da obra e ser determinada mas, pronto, também houve aí uns atrasos contratuais e duas primeiras pedras, se bem me lembro. Pois foram duas primeiras pedras, eu não estou enganada, ainda falavam da outra senhora, das fitas, aqui é mais pedras. Depois na requalificação do Salão Nobre dos Paços do Concelho também fiquei com uma expectativa que ficou gorada, essa ainda não percebi bem a razão mas, pronto, deve haver uma. O edifício Pal também não avançou ou seja as grandes obras, inclusive a vala da Salgueirinha ou a ribeira da Salgueirinha, agora rebatizada, que quer dizer que tínhamos que pedir o empréstimo para comtemplar no Plano e no Orçamento, nas GOP, mas então, se calhar, não valia a pena termos pedido tanto e quando me vem agora a falar num novo empréstimo para o próximo ano, eu aí tenho que ter grandes dúvidas porque ainda não consumimos os deste primeiro, portanto o próximo que façamos deve ser para 2021 a 2022, isto perdoo-me o Sr, Presidente mas, se calhar, sou eu que estou a ver mal, mas eu como tenho óculos e uso lentes de contacto também duvido que a minha miopia seja assim tão acentuada.

Relativamente ao reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo também não foi completada e diria aqui mais algumas coisas mas, pronto, ou seja até aqui nas requalificações da rede viária talvez pudesse ter feito mais, uma vez que nós andamos sempre ouvir alguns munícipes que há vinte anos andam a pedir em zonas urbanas o alcatroamento e o saneamento, não penso que sejam projetos assim de uma tamanha complexidade que não se pudesse ter feito mais. Isto já nem falo aqui do Chafariz da Dona Maria I que esse também está um bocadinho atordoado, mas também não há redução porque há um reforço de um euro, se bem me engano, que também não compreendo mas ainda nem vi a requalificação feita, portanto, pressuponho que ela vá ser feita até ao fim de um ano.

Era esses esclarecimentos assim mais ou menos que eu queria, porque de resto do edifício Pal, da GNR também o edifício tem aqui uma anulação de cinquenta mil euros, portanto a obra também vai, com certeza, avançar rapidamente e isso que eu disse das obras de infraestruturas temos aqui a anulação de oitenta mil euros e, portanto, com esses oitenta mil euros podia-se ter feito mais alguma coisa e não acho que seja a justificação a complexidade dos concursos públicos ou dos concursos.

E é só, a nossa votação será a da abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções sobre esta revisão?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

Em relação à proposta que a Câmara Municipal nos traz hoje aqui sobre a Revisão do Orçamento de 2018, a nós, como já aqui foi dito, causa-nos esta estranheza de ver mais uma vez protelado o investimento no valor de dois milhões e seiscentos mil euros para o ano seguinte na transferência corrente do saldo de 2018 para 2019. Aquilo que nós entendemos é que há uma necessidade do Executivo na altura do lançamento da obra de fazer um boneco bem feito para apresentar na comunicação social em altura de campanha eleitoral, mas

depois a questão da concretização da obra é mais complicada e depois o cortar da fita aí é que é o problema.

Contudo, nós naquilo que já dissemos na semana passada em relação ao Orçamento de 2019 há opções e há questões que nós acompanhamos e outras que não concordamos e, por isso, achamos que esta 3ª Revisão do Orçamento não merece o nosso voto favorável mas também não merece o nosso voto contra, por isso a nossa posição será a de abstenção, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Sr. Presidente da Câmara quer responder a algumas das questões?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza Sra. Presidente.

Penso que se impõe e eu procurarei ter aqui um discurso algo pedagógico sobre esta matéria porque, naturalmente, a gente compreende o posicionamento político de cada uma das bancadas e o papel que cada uma pretende ou quer fazer, que é da sua responsabilidade, mas há aspetos que, de facto, ferem a verdade e há apreciações que, em meu entender, são injustas e talvez por desconhecimento dalguns aspetos importantes.

Em primeiro lugar, importa saber que estes desvios entre aquilo que se coloca nos instrumentos previsionais em determinadas alturas do ano e aquilo que efetivamente se executa e que habitualmente no final do ano se faz estes acertos é perfeitamente normal em qualquer órgão autárquico, na medida em que quando procuramos, sobretudo, nestes períodos de candidaturas, lançamento do concurso, etc., nós temos que ter o dinheiro em Orçamento. E até para o colocar em orçamento, mesmo os empréstimos, etc., têm que lá estar contratualizados. Depois, estamos num ciclo de candidaturas em que o próprio país está atrasado porque há um conjunto muito significativo de avisos, ainda estamos à espera de avisos desde 2014, se calhar é necessário quem está no Governo, e quem esteve no Governo anterior, questionar o que é que negociaram com a União Europeia que agora não se entendem relativamente aos critérios de alguns avisos. Há avisos na área da inclusão, há avisos e há outros que saem em completo desacordo com aquilo que foi prometido aos municípios e á AML e talvez por isso haja municípios que não estão a concorrer e que estão a desistir das candidaturas e era bom nós conhecermos aquilo que se está a passar neste momento, mas já lá vamos às nossas.

Em primeiro lugar nós não pomos as questões nas GOP para fazer propaganda eleitoral porque não estamos em campanha eleitoral Sr. Carlos de Oliveira, ou melhor eu estou sempre em campanha eleitoral todos os dias trabalho. Agora quero dizer-lhe, é que não é para enganar ninguém é que isto tem que lá estar porque senão você nem sequer consegue candidatar. Você sabe que para fazer uma candidatura tem que ter um projeto base no mínimo, se não for o projeto de execução elaborado, e para isso tem que ter alguma despesa realizada e nós todos estes projetos que estamos a reprogramar têm despesa realizada. Volto a recordar-vos, as candidaturas da eficiência energética ainda estão a ser apresentadas e vão ser apresentadas até vinte e dois de dezembro. O Sr. Presidente da CCDR telefona-me todos os dias porque sabe que Palmela vai ser o único município que arrasta mais dois para se candidatar ao PRIA - Percurso em Rede para a Inclusão Ativa e que precisa da nossa candidatura dia dez ou dia doze. Temos técnicos a trabalhar de manhã à noite, vão trabalhar no fim de semana, para termos a uma única candidatura da Área Metropolitana entregue, portanto é preciso, também, perguntar e perceber se efetivamente isto resulta de alguma falta de planeamento e estratégia como os senhores querem aqui fazer querer ou se resulta de outras coisas, mas nós assumimos atrasos. Assumimos atrasos porque, de facto, não temos gente para fazer mais projetos, não temos gente para lançar mais procedimentos e trouxe aqui um número que mandei preparar e que já está desatualizado. Foi preparado ontem e já está desatualizado, é que nós em obras

concluídas em execução e já contratadas, nós lançámos setenta e um procedimentos, vinte e sete concursos públicos, dezasseis por consulta prévia e vinte e oito por ajuste direto, temos projetos concluídos para lançar outras tantas empreitadas, trinta e quatro. E nós temos uma DEPOP com quinze pessoas, sensivelmente, já contando com administrativos. Eu ontem estive num fórum com outras autarquias, mas a gente com o mal dos outros pode bem, toda a gente está aflito com técnicos, toda a gente está aflito com arquitetos, toda a gente está aflito com tudo porque, enfim, foram muitos anos sem renovar, foram muitos anos a dificultar a contratação, foram muitos anos a tratar mal as carreiras na Administração Pública e agora estão todos os municípios e organismos da Administração Pública, porque aqueles que nos têm que dar pareceres queixam-se do mesmo as Infraestruturas de Portugal dizer que só têm dois técnicos para a rede viária para esta área toda, isto é admissível? A CCDR diz que não nos consegue dar pareceres para coisas do PDM e outras porque só tem dois técnicos, um para o ordenamento do território e outro para o ambiente, então mas isto é assim? Pronto, os municípios também estão com dificuldades em ter gente para pôr ainda mais coisas na rua, mas olhem eu orgulho-me da quantidade de projetos que.

Mas eu gostava ainda de explicar um ou outro aspeto em pormenor para vos recordar que tivemos que repetir seis procedimentos e ainda vamos repetir mais dois, um deles é Salão Nobre que possivelmente por falta de tempo ou desatenção não têm lido as notícias dos últimos meses acerca dos concursos públicos desertos e porquê. Quando se fala de muita coisa, fala-se dos preços, fala-se de quem destruiu centenas de empresas nestas áreas e de outros problemas da Administração Pública e até se fala do incremento do próprio Orçamento de Estado que cria um incremento de quarenta vírgula quatro por cento ao nível de investimento público e em junho tinha execuções de quatro vírgula nove por cento, mas nós chegaremos ao final do ano e depois veremos em abril se a nossa execução nas despesas de capital, atinentes a investimento, e se continuam ou não continuam a subir.

Nós temos aqui três obras que são fundamentais para os desvios mais significativos, Ribeira da Salgueirinha que para Tribunal de Contas tem que aguardar o visto, teve três vezes em concurso e tivemos que fazer um ajuste direto. O Centro de Saúde está a correr normalmente, teve um atraso de um mês e tal e já recuperou, portanto não há desvio nenhum porque o nosso objetivo é tê-lo lá para maio/junho. O Sr. Ministro até me telefona para ver se inaugura antes das eleições, mas eu não estou em eleições nessa altura, mas pronto é só para saber Sr. Membro da Assembleia José Carlos. Gostava, ainda, de lhe dar outro dado é porque eu, também, queria ter mais obras lançadas, eu também queria fazer obras no edifício Pal, no edifício da GNR sem ter que ouvir mil e uma entidades e DGPC's e coisas do género. A obra das encostas do Outeiro que é uma obra que serve de referência para o país dado o esforço, o estudo e a inovação que ali houve, e espero que ela corre bem, os anos que estivemos a trabalhar naquilo, não foi para conseguir os fundos isso consegui-os logo no final de 2014 princípio de 2015, que abrissem um aviso específico para Palmela e depois para os nossos vizinhos não se zangarem Setúbal e Vila Nova de Gaia teve direito a um aviso específico para o POSEUR, mas foi sobretudo o projeto que ninguém conseguia fazer projeto para aquilo, nós só em assessoria ao LNEC fizemos um ajuste direto que não pode ultrapassar 75 mil euros, só para os senhores perceberem a complexidade de algumas obras porque isto assim é que dá luta, isto em Palmela tudo dá luta mas as coisas vão aparecendo e os projetos vão-se concretizar.

Eu gostava de dizer que em trinta de setembro, não consegui dados mais recentes porque não estão disponíveis no site da CCDR de Lisboa, é bom perceber que o que quanto às candidaturas e à execução Palmela está em segundo lugar atrás de Loures e à frente dos outros municípios todos, portanto, se calhar, estas questões dos fundos e tal e as grandes obras não avançam e tal, os senhores também nas autarquias onde são poder têm de fazer o mesmo comentário, não é, mas não é isso que eu quero aqui chamar à colação porque eu gosto pouco de dar os exemplos dos outros para justificar as nossas opções. O que lhe quero dizer é que podendo haver uma ou outra inércia num ou noutro processo, porque as coisas nem sempre correm como, pelo menos, os políticos desejariam, há razões que, efetivamente, e motivos que são incontornáveis para se poder pôr estes grandes projetos na rua mas ainda assim estamos no pelotão da frente daqueles que têm mais candidaturas aprovadas e daqueles que vão ter mais percentagem de execução. Não teremos a maior execução em termos de milhões, não é, porque só Lisboa executa duas obras tem mais milhões do que nós, não é, mas garanto-lhe que Palmela nunca foi tão realizadora neste domínio.

Depois dir-se-á mas há outras coisas, se calhar, não se gastou ali podia-se gastar ali, não o dinheiro tem que estar reservado para aquilo, mas também quero dizer Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto em matéria de rede viária leia os relatórios do "Eu Participo!" e leia depois a Conta de Gerência nunca se fez tanto, todos os anos, nós temos pavimentado e repavimentado dezenas de quilómetros e nesta transição de ano nós vamos lançar ainda até final do ano mais dois procedimentos, agora hoje é o projeto é a revisão do projeto, depois nós aqui qualquer coisa temos tanta estradas nacionais, temos tantas linhas férreas, qualquer coisa temos que andar a discutir permanentemente com as infraestruturas de Portugal se a água passa por baixo da linha e como, se vai dar à estrada nacional, se está na berma, se toca ali se toca acolá, quer dizer nós para fazer uma ciclovia temos o acordo há uma série de anos, tivemos dois anos para desbloquear pareceres para aqui pareceres para acolá, depois tinham lá infraestruturas não nos disseram, depois tinham um cabo de comunicações, enfim, não é fácil, é mais fácil fazer obras como o Marquês de Pombal depois de um terramoto se mão temos que passar cartão a ninguém é para fazer tudo a eito e, de facto, fazer obras onde não há este tipo de constrangimentos é mais fácil. Portanto, rejeito liminarmente esta tentativa de falar de falta de planificação e muito menos de falta de estratégia, porque a estratégia está à vista com resultados em vários indicadores de desenvolvimento e consultem as publicações oficiais são e sobre esta matéria mas há, de facto, constrangimentos que têm obstado ao desenvolvimento de alguns projetos contra a nossa vontade, naturalmente, contra a nossa vontade. A obra do passeio do cemitério, por exemplo, estava adjudicada há quase seis meses mas foi difícil pôr a empresa a trabalhar porque as empresas por outros motivos utilizam todos os prazos contratuais. Para os senhores perceberem no Código dos Contratos Públicos depois de o contrato estar assinado empresa se quiser começa amanhã, depois de entregar o plano de segurança e saúde, mas se não utiliza o prazo do CCP de quarenta e cinco dias e no final de quarenta e cinco dias vem cá com o plano de segurança e saúde todo engatado para a gente estar ali a corrigir aquilo e depois demorar mais um mês e, portanto, quem trabalha nestas coisas tem, de facto, uma leitura diferente que eu admito que os senhores tenham uma leitura diferente. Eu que neste momento tenho a responsabilidade de acompanhar a Divisão de Obras garanto-vos que temos estado a fazer tudo, não só para executar todos os compromissos que diz respeito a grandes obras de candidaturas mas até para fazer obras novas. Mais, é que neste conjunto de empreitadas que aqui estão surgem diariamente urgências, obras novas e projetos novos que nem sequer estavam no plano e os senhores isso, também, não valorizam, portanto, qualquer dia, também podemos fazer uma coisa assim que é quantas obras estavam previstas no início do ano e quantas novas é que entraram, porque isso também tem que ser valorizado e também é trabalho, não são só aquelas que são reprogramadas.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós temos também o mesmo ensejo de ver uma série de obras e de compromissos concretizados o mais depressa possível mas, possivelmente, também temos que ter a hombridade de reconhecer que há matérias, e há obras e há especificidades nalguns procedimentos que não nos permitem andar mais depressa mas creio que, no próximo ano, poderemos ter certamente números diferentes, porque nós elaborámos este documento em novembro, estamos a trazê-lo agora em dezembro, mas por exemplo entrou nesta última reunião de Câmara em que fizemos a aprovação deste documento para trazer à Assembleia e no final desta semana nós temos mais meia dúzia de procedimentos na rua e algumas os senhores já viram, também, na comunicação social porque os concursos têm sido divulgados.

Sra. Presidente da Assembleia era isto que gostaria de dizer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Então, Sras. e Srs. Membros, vamos votar esta primeira proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU e 16 abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente."

PONTO DOIS – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Sra. Presidente, procurarei resumir da seguinte forma: trata-se de uma alteração ao Contrato Interadministrativo que diz respeito à reposição de pavimentos em calçada e outros especificamente aos contratos celebrados com as Juntas de Freguesia de Quinta do Anjo e Pinhal Novo. Como é sabido há um valor de metro quadrado e está no contrato Interadministrativo uma média anual uma previsão de trabalhos, por exemplo para o caso de Quinta do Anjo tínhamos desde dois mil e dezasseis, uma média anual de oitocentos e dez metros e para Pinhal Novo uma média anual de mil e dezassete metros.

Entretanto, nestes dois últimos anos porque as Juntas têm tido necessidade de ultrapassar, porque executam mais do que esta metragem, nós temos trazido a reunião de Câmara os devidos acerto. No mês passado ressarcimos as Juntas de Freguesia que fizeram mais, apresentaram nos relatórios, foram revistos, foram confirmados pelos serviços e estes contratos interadministrativos têm esta cláusula que protege todas as partes tendo tido autorização do município para prosseguir o trabalho nós já fizemos os acertos. Para não continuarmos a fazer sistematicamente acertos dado que a média de execução dos dois últimos anos tem estado sempre acima entendemos, por negociação com estas duas freguesias, aumentar na Quinta do Anjo para mil metros anuais e para Pinhal Novo mil e duzentos metros anuais para dois mil e dezanove e seguintes, obviamente se as juntas tiveram necessidade de fazer mais a questão dos acertos continua a manter-se.

Isto não fosse feito com as restantes freguesias porque ainda não se manifestou essa necessidade, mas o Sr. Presidente da Junta de Palmela sabe que quando o ultrapassar que estamos disponíveis para e a União de Freguesias de Marateca e Poceirão a mesma coisa.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Caras e caros Colegas intervenções sobre este tema?

Tem a palavra a Bancada do Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos.

Muito obrigada Sra. Presidente, apresento-lhe os meus cumprimentos bem como à Secretária dessa Mesa e Secretário, os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, caros Colegas da Assembleia, técnicas e técnicos da Câmara comprimento ao público ausente e às duas Jornalistas que hoje nos dão aqui o conforto de nos acompanhar e que já fazem parte da mobília desta casa.

Sra. Presidente esta proposta bem como as outras relacionadas que os contratos de delegação de competências entre as Juntas e a Câmara são aquilo que parece um tabu para se analisar nesta Assembleia e como intervir também nas outras três seguintes, rapidamente, quero fazer uma pequena introdução apenas de dois minutos, se V. Exa. me permitir.

Às vezes dizem-me que falar sobre estas propostas é estar a interferir nas negociações que só competem aos Presidentes de Junta e ao Executivo da Câmara, nada mais errado. Compete a esta Assembleia analisar, fiscalizar e deliberar sobre muito do que a Câmara pode ou não executar e recordo aos que andam cá há mais tempo que já vimos Presidentes de Junta assinarem acordos com a Câmara de Palmela e depois andarem a queixar-se do prejuízo destes acordos e para os que já não se lembram já tivemos um Presidente de Junta de Freguesia que até queria mudar de Junta para outro concelho. Para que recordem *"…que façam da Marateca um museu e a Junta da Marateca quer sair do concelho de Palmela…"*, eu tenho várias caixas cheias de tesourinhos destes que dá muito jeito para a falta de lembrança das pessoas quer a nível concelhio quer a nível nacional.

Quando somos eleitos para esta Assembleia não é só para levantar o braço e baixar o braço, temos um peso da responsabilidade em cima dos nossos ombros Esta Assembleia não é como outras, Sra. Presidente da Assembleia, aqui ninguém assina a presença sem estar presente, aqui somos pessoas sérias.

Sobre esta proposta achamos que é justa a avaliação feita pela Câmara e é oportuna a referência do Sr. Presidente à falta de calceteiros. Oh! Senhor Presidente, porque o disse na reunião de Câmara, não faltam só calceteiros, faltam padeiros, faltam eletricistas, faltam mecânicos, faltam canalizadores, ladrilhadores, pedreiros e cada vez hão-de faltar mais. Faltam tudo o que não se aprende nos livros ou no computador só na prática é que se pode aprender a ciência resolve tudo com robots, mas agora não arranja robots para reparar os robots que avariam, um simples fusível que avaria num robot tem que lá ir o eletricista, a continuar assim vai ser penoso ver a ciência ajoelhar aos pés da natureza humana, mas o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais questões? Mais intervenções sobre este tema?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente à calçada, já aqui trouxemos várias vezes muita reclamação e o não cumprimento dos protocolos, agora chega-se à conclusão que eles não são cumpridos porque o dinheiro não chega coisa que já há dois ou três anos dissemos quando foi do início dos Contratos Interadministrativos se bem me lembro, os metros do Pinhal Novo eram iguaizinhos aos da Quinta do Anjo. Eu, na altura, até fiz um comentário como é que isto era possível, o metro é igual em todo o lado, mas o metro quadrado da calçada da Quinta do Anjo e do Pinhal Novo já não é igual porque a extensão não é mesma, oh colega! Já na altura alertámos, mesmo assim claro que isto é para a reconstrução da calçada, a reparação, mas se as verbas forem utilizadas eu considero que, mesmo assim, não são suficientes.

Votaremos favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez, obrigado Sra. Presidente.

Em relação a este ponto eu chamo a atenção para esta Assembleia e para o Sr. Presidente da Câmara, o facto de que no Pinhal Novo nas ruas São Francisco Xavier, avenida de Liberdade e outras que ainda são ruas que mantêm o pavimento onde circulam as viaturas automóveis em calçada, que estas já apresentam um grau de desníveis ou lombas que dificultam a passagem dos automóveis. Eu acho que é nestas ruas que, porventura, se gastarão mais recursos do erário público para a reposição de calçada, e eu pergunto Sr. Presidente se não será já tempo de uma obra de fundo nestas ruas para que, à imagem daquilo que se passou em Palmela na requalificação do Centro Histórico, permita um repavimento destas ruas em paralelo ou um pavimento em asfalto.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Há mais alguma intervenção?

Sr. Presidente da Câmara."

O **Sr. Presidente de Câmara:**

"Muito obrigado.

Relativamente a algumas questões não farei comentários, a proposta é clara, as Juntas sabem o que fazem a Câmara sabe o que é que as Juntas fazem e o que é que não fazem, se há mais calçada para repor é comunicar às Juntas e elas executarem, não tem sido por falta de financiamento que o trabalho não tem sido executado ponto, porque quando o dinheiro se esgota já expliquei mais do que uma vez e está previsto na cláusula do contrato, continuam, veem connosco, continuam e nós pagamos.

Agora quanto à questão colocada pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, o município tem previsto retomar um projeto que em tempos iniciou de requalificação da baixa comercial norte de Pinhal Novo, chamar-lhe-ia assim, e tem que ver precisamente com estes três troços finais em calçada grossa, antiga, executada no início dos anos setenta, muito antes até de abril, e que é um operação mais complexa porque pretendemos mexer nas infraestruturas, ampliar as zonas de estacionamento colocando em espinha, enfim, temos um projeto para ali, já houve projeto mas estamos a fazer um novo estudo prévio, não está no plano de mandato mas pode vir a estar. Na últimas démarches que realizei junto da CCDR falou-se na possibilidade de haver um *overbooking*, ou seja, um aproveitamento de verbas que não tenham sido utilizadas nalgumas candidaturas FEDER no âmbito do pacto para a requalificação ou nós até poderemos ir à candidatura por via da dinamização comercial da baixa, que é outra questão que é um projeto como fizemos em Águas de Moura que tem a dinamização comercial mas teve repavimentações, acessibilidades etc., e então se houver esse *overbooking,* a nossa diretora está a olhar para mim espantada porque ela não sabe desta conversa mas o Sr. Chefe de Gabinete sabe, porque, inclusivamente a equipa dos fundos comunitários já sinalizou mais três intervenções novas, já estamos a pensar na viragem do vinte/trinta, mas até lá isso é um projeto de fundo, nós vamos ter que, naturalmente, melhorar o tipo de intervenções que ali são feitas e até há uma que está calendarizada para o próximo ano e até levará à colocação de sumidouros numa zona onde não existe, e que há grandes empoçamentos e isso obrigará depois o nivelamento da calçada e será uma intervenção que nem será feita pela Junta terá que ser feita pela Câmara dada a dimensão. Reconheço que aquela zona está a precisar de uma requalificação, mas enquanto ela acontecer com as intervenções nas situações mais ao alcance da Junta, reparar um metros ou dois com outra intervenção que o município procurará fazer no âmbito da próxima empreitada das calçadas, do próximo ano, iremos intervir naquela zona como é obvio.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão? Não havendo, votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) três do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente proposta seguinte."

PONTO TRÊS – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Remoção de monos, verdes e afins – União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O ponto número três é também uma alteração a um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a remoção de monstros verdes e afins com a União de Freguesias de Poceirão e Marateca que é a única que tem esta competência delegada.

Com efeito nos últimos anos tem sido recolhida uma quantidade anormal, basta ver o número de toneladas naquela zona do território, mas um pouco por todo o concelho. Nós estamos a bater todos os records de recolha, comparativamente com o número de habitantes face a outros a outras zonas da Área Metropolitana e a União de Freguesias atualmente nos últimos tempos, em particular no último ano, e elaborou também um novo esquema de recolha, em que não vai aos locais como está previsto passar duas vezes por semana mas passando uma vez só nos locais e era impossível fazer isso apenas dois dias por semana, está neste momento até a trabalhar seis dias por semana na recolha de verdes e monos.

Para além do número de circuitos ter aumentado, os custos de produção, nomeadamente a questão do combustível dos carros, pesa particularmente nós também sentimos isso até nas novas contratações que fizemos recentemente nos monos também houve ali aumentos em média de dois a três mil euros, e nós depois das contas que a União de Freguesias nos tem apresentado das despesas que tem tido com a execução desta tarefa entendemos fazer aqui um reforço de verba, pelo que passará a receber anualmente para o efeito quarenta e seis mil euros.

É evidente que a eficácia deste trabalho também necessita de outras medidas, eu falarei duma particularmente que estará em debate com o Conselho de Administração da AMARSUL na próxima semana, em que irei com a Sra. Vereadora debater coisas muito sérias sobre o reforço da reciclagem, projeto porta a porta e os monos. Nós temos proposto à AMARSUL que equacione uma central de compostagem no nosso concelho, precisamente na zona mais a nascente, e essa central de compostagem é ambientalmente desejável, não só porque os verdes podem ser ali todos eles triturados e ter um reaproveitamento orgânico, E é ambientalmente essencial porque reduz a pegada do carbono porque são também muitos quilómetros que a União de Freguesias e outras autarquias, porque ficará aberto também a outras autarquias e a própria Câmara, escusa de andar a transportar alguns verdes dezenas de quilómetros e há mecanismos para a trituração desses verdes, enfim. Esse projeto, não desistimos dele e estamos a procurar que a AMARSUL venha a incluir No seu plano de investimentos para os próximos quatro anos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre este tema?

Tem a palavra a José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente, em relação à alteração a este contrato eu gostaria de chamar a atenção para o seguinte: antes de mais deveria estar mencionado nesta proposta o valor atual do contrato que são quarenta mil euros, só refere que vai passar para quarenta e seis mil euros ano.

Há também a alteração da designação porque não é informado nesta proposta e deveria de ser como o Sr. Presidente da Câmara sabe, aliás como informou o Executivo na reunião de Câmara, e depois é referido nesta proposta que este acordo foi alterado, ou seja continuado, e aprovado na Assembleia Municipal de vinte e nove do cinco de dois mil e dezoito, mas não, até porque não houve nenhuma Assembleia nesta data, em maio realizaram-se duas mas foi a oito e a vinte e quatro de maio e se estiver errado a Mesa que me corrija. Foi na Assembleia Municipal de vinte e oito de junho, deste ano, que foram aprovados e ratificados a continuação dos protocolos para dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um e não em vinte e nove do cinco, que tinham sido aprovados em reunião de Câmara não em vinte e três do cinco de dois mil e dezoito, como a proposta diz, mas seis meses antes em doze de dezembro de dois mil e dezassete, o que também não me pareceu correto depois dos protocolos estarem a ser executados pela Câmara e só depois viria à Assembleia Municipal passado estes meses, acho que, para além de tudo, é uma falta de respeito por esta Assembleia. Sr. Presidente não vale a pena abanar a cabeça, porque é exatamente o que eu lhe estou a dizer.

Bom, mas vamos analisar esta alteração com os dados que a proposta nos dá, eu não estou a inventar nada é aquilo que a proposta nos dá e é o que eu vou falar, essa é a função desta Assembleia Municipal.

Diz-nos esta proposta que no período dos primeiros dez meses deste ano comparado com o período homólogo de dois mil e dezassete a União de Freguesias esteve para além de todos os dias da semana de recolher mais monos na vasta região que cobre, dois terços do nosso concelho, também teve de efetuar mais três mil novecentos e sessenta quilómetros no ir e vir ao aterro da AMARSUL, na Moita, para além, é claro e não é referido na proposta, de mais desgaste na viatura e mais cerca de duzentas horas do tempo gasto, pois as viaturas que transportam os monos ainda não circulam sem condutores, Sr. Presidente. E o que temos nesta alteração? A Câmara atribui seis mil euros para três mil, novecentos e sessenta quilómetros, o que dividido os seis mil pelos três mil novecentos e sessenta quilómetros dá um euro e meio por quilómetro, o que para uma viatura pesada dá apenas, e mal, para o combustível e o desgaste da mesma viatura. Mas as duzentas horas a mais gastas com o aumento vezes no trajeto e mais monos a recolher isto será como todos podem compreender igual ao prejuízo para a União de Freguesias. Temos, portanto, com esta pequena alteração de seis mil euros de uma perda efetiva neste protocolo para a União de Freguesias do Poceirão/Marateca. Sr. Presidente, os números são cruéis mas são o que são, a Matemática é uma ciência exata e não vale a pena muita retórica.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, mas o José Manuel da Cruz Silvério vai pedir ao Sr. Presidente que fale com o digníssimo professor Álvaro Amaro, ex-presidente da Junta do Pinhal Novo, e que ele, brevemente, atribua a este contrato cinquenta mil euros.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra a Sra. Presidente da União de Freguesias de Poceirão e Marateca."

A **Sra. Cecília Sousa da CDU:**

"Boa noite, Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Apenas referir aqui um aspeto que é de todo importante também referir. Neste momento, efetivamente, como o Sr. Presidente da Câmara referiu, e muito bem, nós estamos a executar este Protocolo também ao fim de semana, sempre que verificamos que é necessário aos sábados também avançamos com os trabalhos, mas sentimos e já expressámos esta necessidade à Câmara Municipal o reforço na questão da fiscalização. Neste momento um grande problema que nós sentimos é na zona de Cajados, onde nós não conseguimos controlar a deposição de verdes e monos junto aos contentores. Dar-vos um exemplo de uma ação que executámos, ontem, na rua 25 de Abril onde fizemos a limpeza e atrás foi um carro a colocar areia lavada junto dos contentores para que houvesse um aspeto mais limpo e dizer que hoje de manhã enchemos um camião, também na rua 25 de Abril, após termos feito esta ação e foi para ser despejado na AMARSUL. Daí sentirmos nessa zona em particular e termos consciência que o material que é deposto é material que vem de outros lados que não é na sua totalidade produzida ali na zona e daí haver uma necessidade de uma maior ação de fiscalização para este problema.

Depois temos um outro problema que também está a acontecer. Os verdes não são os verdes só do jardim, estamos a falar, hoje em dia, de até as podas das vinhas são colocadas junto aos contentores. Um outro problema que estamos a ter tem a ver com a dimensão, muitas vezes, de árvores que são colocadas junto dos contentores que quando vão em cima do camião já os funcionários foram mandados parar pela GNR e avisados que não podem fazer estes transportes. Algumas das vezes nós conseguimos, olhando para o material que está deposto junto dos contentores, perceber até de onde é a proveniência dele porque se em frente a uma quinta há figueiras e estão podadas, no contentor estão restos de figueira não é difícil às vezes percebermos de onde eles são provenientes. Daí haver uma necessidade maior e é aí que sentimos uma necessidade de fiscalização para que se consiga controlar, não passa só por uma questão de sensibilização se calhar a que esta sensibilização já terá que ter uma atitude mais coerciva no sentido de também criarmos algum controlo neste problema.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sra. Presidente da União de Freguesias.

Tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem na última reunião que tivemos da Comissão Municipal de Juventude por acaso falamos disso, da compostagem. Ainda bem que o Sr. Presidente traz aqui essa ideia novamente, porque na nossa reunião e o Vereador Luis Calha sabe que falamos sobre esse assunto e no desenvolvimento dessa ideia que andava um bocadinho perdida.

Relativamente ao protocolo digo o que disse antes, também considero que a verba não é suficiente e a Sra. Presidente da Junta mesmo pedindo mais fiscalização e tendo concordado com esta verba, acaba por concordar se o camião nem dá para as árvores que são tão grandes, qualquer dia têm que comprar um camião maior e como fazem mais quilómetros também tem um desgaste maior. Atendendo a isso tudo, eu também concordo ali com o colega do PS que esta verba tem que ser reforçada também para esta freguesia e eu sei, contrariamente ao que Sr. Presidente, às vezes, quando nos dá essas aulas e esses ensinamentos e que eu aceito sempre disposta a aprender, mas na prática em Quinta do Anjo também tivemos a recolha dos monos, quando estive no executivo, e sabemos bem o que é isso e a dificuldade quando é então a própria Junta a fazer e com os funcionários e nos dias em que faz, também não considero esta verba suficiente. Mas pronto, como o Sr. Presidente diz que o protocolo está sempre aberto a novas valorações para o ano cá estaremos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continuamos na Bancada do PSD/CDS, há mais alguma intervenção?

Tem a palavra então o Sr. Membro da Assembleia Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos na figura da Sra. Presidente.

Eu queria perguntar aqui ao Sr. Presidente da Câmara se ele, por acaso, gostaria de equacionar a possibilidade de fornecer aos munícipes desta freguesia, em particular, mas não só, recipientes de compostagem doméstica. Poderia ser uma forma, por exemplo, de diminuir o volume dos monos e seria uma ideia amiga do ambiente e também pedagógica, tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Não havendo, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder por favor?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, muito obrigado, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar, também, esclarecer esta Assembleia que este ano, também, já em reunião de Câmara aprovámos um acerto com reforço de verba para este efeito para a União de Freguesias de Poceirão Marateca.

A segunda questão, o valor a que chegámos é o valor que habitualmente temos como referência para as nossas contratações duas vezes por semana, se a União de Freguesias quiser fazer dez vezes por semana, fá-lo por sua conta e risco, mas nós aquilo que colocámos no Contrato Interadministrativo é a execução de duas passagens ou de duas intervenções por semana, mas a União de Freguesias, e bem e se calhar também pela dimensão do carro que tem, entende fazê-lo desta forma, mas essa gestão é uma gestão de responsabilidade da Junta e que eu até creio que tem dado melhores resultados, porque tem sido recolhido mais.

As questões da fiscalização são, de facto, pertinentes na União Freguesias de Marateca e Poceirão e em todos os outros territórios porque há, de facto, um completo desrespeito e a solução, se há quem pense que a solução é recolhermos monos todos os dias e em todas as quantidades, enfim, é questão de se investir dinheiro nisso pagar-se mais impostos ou pagar só isso e deixar de fazer outras coisas, não a solução é outra e também passa por múltiplas medidas desde a educação, sensibilização, educação cívica, responsabilização e fiscalização, também, naturalmente, e, de facto, a nota que tenho, estava aqui o Sr. Vereador a transmitir-me, porque eu sei disso até porque fizemos um reforço até com empresas externas para auxiliarem a fiscalização temos estado a ter resultados e já estão um conjunto de processos para elaboração de contra ordenações no Gabinete Jurídico e também nesta Freguesia. A última ação que produziu efeitos foi precisamente na rua Caixinhas que é uma rua problemática nesta matéria.

Quanto à compostagem, pois bem a solução é essa. Quero dizer-lhe que, também, quem tem as responsabilidades nessa área é a AMARSUL e tem trabalhado connosco até no fornecimento de compostores e nós distribuímo-los no eco famílias, distribuímo-los a vários cidadãos em várias ações que fazemos de sensibilização ambiental. Mas, nesta área territorial, não precisamos de compostor toda a gente tem um quintal, eu faço compostagem, eu não ponho uma erva na rua e tenho cinco mil e trezentos metros de terreno e tenho lá muito mato para cortar. A questão é precisamente esta, é que dantes queimavam-se as vides ou fazia-se o seu reaproveitamento na lareira, no recuperador de calor ou noutro sítio qualquer, e que até podem ter outra reaproveitamento mas isso agora não vem aqui ao caso, hoje as pessoas em vez de gradarem o terreno cortam os fenos e vêm pô-lo à porta, junto ao contentor, e, de facto, é como a Sra.

Presidente diz está devidamente especificado que é um ou dois metros cúbicos devidamente ensacados ou atados e aparecem autênticos monstros, árvores, que quase não cabem nos carros e, portanto, aquilo que a Sra. Presidente se queixa, queixa-se também a empresa prestadora de serviços e o município.

Nós continuaremos a apoiar, melhor dizendo a monitorizar o desempenho da Junta nesta área e se conseguirmos esta medida junto da AMARSUL, que haja ali uma zona de transferência intermédia que possa, sobretudo os verdes, tratar deles daremos um salto gigante nesta matéria. Até lá, tal como já aconteceu, se a Junta continuar neste ritmo e com estas tonelagens nós faremos os acertos que tivermos de fazer ao longo do ano mas, para já, este valor parece-nos o valor médio porque também falámos de dez meses, mas esses dez meses não têm todos o mesmo comportamento há sobretudo quatro meses/três meses no Verão que atingem valores, enfim, impensáveis e depois também acreditamos que haveremos de tocar aí nalguns prevaricadores, que até vêm de fora do nosso concelho e que trazem coisas de outros concelhos, alguns também tem lá quintas mas nem sequer lá moram, que, de facto, estão a contribuir para uma imagem urbana menos positiva de muitas das nossas terras e dos nossos territórios.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, podemos votar esta proposta?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) três do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências - Limpeza de bermas fora dos perímetros urbanos - União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se, também, de uma alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Limpeza de bermas fora dos perímetros urbanos na União de Freguesias de Poceirão Marateca, que é única freguesia ou freguesias que têm esta competência delegada. Esta delegação de competências foi uma experiência há uns anos, começou com uma verba e uma verba que não tinha uma obrigação de fazer determinada quilometragem, era fazer quando achasse que tinham determinada verba paravam o trabalho e a Câmara teria que assumir a responsabilidade.

Foi feito um acerto para o ano seguinte, isto começou com dez mil euros e depois passou para catorze mil euros. A verba euros/quilómetro foi uma verba apurada em função de uma consulta a um prestador de serviços, que habitualmente também trabalha com a Câmara Municipal. Entretanto sabemos que esta questão das máquinas dos operadores e, também, do gasóleo têm tido, como aliás têm tido as empreitadas acréscimos percentuais muito significativos, aumentos dos preços e, também, considerando o desempenho da União de Freguesias, que até fez em parte significativa da área de intervenção uma passagem a mais do que aquela que está contratualizada, porque em média são duas passagens por ano já não podemos dizer que é no mês tal na primavera, ou não, porque isto anda tudo trocado, o crescimento das infestantes também já é um bocadinho atípico, entendemos, fruto das contas que a União de Freguesias também nos

apresentou, aumentar para noventa e cinco euros o valor quilómetro/ano, o que perfaz um valor anual de dezoito mil e cinquenta euros.

Permita-me Sra. Presidente, agradecer o reparo do Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, quanto à questão da data que aqui está e que procuraremos clarificar. Em vários momentos houve alterações e a proposta procura fazer um histórico, eu dispensava-o mas os serviços entenderam que tinha que se fazer um histórico desde e viram também juridicamente, desde que se começou com este processo dos contratos e, possivelmente, houve aqui um "*copy paste* "de outra proposta qualquer, mas faremos a devida correção se efetivamente se confirmar este lapso.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta a favor, alguma questão?

Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sobre o ponto número quatro, quando inicialmente este contrato foi celebrado com a União de Freguesias e aprovado aqui pela primeira vez, em vinte e sete de Junho de dois mil e dezasseis, tive oportunidade de dizer que o acordado então, dez mil euros ano, para este serviço de uma região tão vasta era um valor absolutamente irrisório.

Na altura o Sr. Presidente disse que era uma estimativa grosseira e que se fosse gasto mais pela União de Freguesias a Câmara retificaria esse valor. No dia vinte e oito de junho deste ano, e não em vinte e nove de maio, como também está na proposta, este contrato passou então de dez mil para catorze mil euros.

Tive ocasião de dizer nessa Assembleia, de vinte e oito de junho deste ano, que não sabendo quais os critérios de avaliação que foram acordados entre a Câmara e a Sra. Presidente daquelas duas freguesias, na minha opinião continuaria a ser muito pouco a verba atribuída a este protocolo para cobrir o tempo gasto nestas intervenções, na matéria-prima necessária e com os desgastes dos respetivos equipamentos para além de obrigar a União de Freguesias a fazer tudo por um valor mínimo e correndo alguns riscos e riscos que tive na altura oportunidade de explicar.

Eu na altura aconselhava o Sr. Presidente a atribuir a este contrato um valor justo que nunca seria menos de vinte e cinco mil euros por ano, para mais quando o Sr. Presidente tinha afirmado na reunião de Câmara uns dias antes, que o "*…Município tem uma saúde financeira invejável…"*, citei o Sr. Presidente, e o que me respondeu o Sr. Presidente? Está na ata número nove desta Assembleia, passo a citá-lo: "*…quero dizer-lhe, que se nós temos feito uma empreitada para o mesmo efeito pagaríamos aquilo que aqui está porque foi o valor que a empresa nos apresentou, treze mil novecentos…"* e qualquer coisa, que não apontei o resto.

Aqui fiz um aparte também descrito na ata número nove, dizia eu: "*…mas depois não lhe fariam a obra e era mais uma a atrasar…*" e o Sr. Presidente da Câmara continuou: "*…isso é o senhor que faz futurologia, porque se nós pedimos um orçamento a uma empresa se, aliás, estamos a alugar e estamos a fazer o trabalho com uma empresa na parte que lhes compete fazer em Pinhal Novo, Quinta do Anjo e até no Lau, com uma máquina alugada, estou a dizer-lhe que foram os preços que nos foram apresentados, são preços de mercado…",* citei o Sr. Presidente.

Pois bem, Sr. Presidente, se era assim apenas futurologia da minha parte, afinal o que mudou em tão pouco tempo? Tudo nesta proposta serve para justificar, afinal, esta alteração em pouco mais de quatro meses, os custos de produção que aumentaram, em pouco mais de quatro meses aumentou assim tanto? As características rurais do território que faz exceder a contratualização, certamente no final de junho estas duas freguesias deveriam ser de cariz urbana, digo eu, e as condições meteorológicas atípicas que foram

descobertas agora certamente. Enfim, devagarinho, muito devagarinho, haveremos de chegar aos vinte e cinco mil euros e até lá a União de Freguesias do Poceirão Marateca vai ter de fazer milagres.

Senão vejamos, diz agora a Câmara nesta proposta que são noventa e cinco quilómetros de estradas alcatroadas fora dos perímetros urbanos, que são pequenos, são dois o centro do Poceirão e de Águas de Moura, e fala o Sr. Presidente que são vinte e cinco quilómetros de estradas municipais alcatroadas, suponho que também inclua aqui os caminhos municipais alcatroados, e que as outras fazem parte do outro que só com o outro protocolo. O outro protocolo que eu conheço é o da Rede Viária, mas esse é todo para os caminhos e aceiros de terra batida, enfim. E os caminhos rurais alcatroados, e os caminhos alcatroados no regime AGRIS, e os aceiros de terra batida que foram alcatroados pela Câmara nos últimos anos, tudo tirado nos quilómetros da Rede Viária descontado no respetivo protocolo da Rede Viária?

Tudo perfaz um valor muito superior, em meu entender, a noventa e cinco quilómetros nestas duas freguesias com uma área de dois terços do concelho, mas vou admitir os noventa e cinco quilómetros que o Sr. Presidente aqui fala. Temos então dezoito mil euros para noventa e cinco quilómetros lineares de berma vezes duas vezes por ano, mas como as estradas do concelho não são coxas, são noventa e cinco quilómetros de duas bermas e a máquina só faz um lado de cada vez. Então temos noventa e cinco quilómetros de estrada vezes duas bermas igual a cento e noventa quilómetros de berma, vezes duas vezes ao ano trezentos e oitenta quilómetros berma a tratar. Logo dezoito mil euros a dividir por trezentos e oitenta quilómetros de berma dá quarenta e sete euros por quilómetro de berma, se for só duas vezes ao ano pois o Sr. Presidente até admite que sejam mais vezes, disse-o na última reunião de Câmara. Assim para uma máquina a trabalhar, mais dois homens no mínimo, um manobrador e um regulador de trânsito, para o combustível e o desgaste de equipamento, e alguma matéria-prima necessária temos quarenta e sete euros nestas condições dá apenas para meia hora de trabalho e será que meia hora dá para desmatar e limpar as bermas de estrada num quilómetro? Mesmo com bons tratores e corta canas que o Sr. Presidente diz que a União de Freguesias tem, mas também lhe digo Sr. Presidente com acordos destes feitos consigo acabando aquelas máquinas não vai haver dinheiro para comprar outras de certeza absoluta.

Para terminar Sr. Presidente, o senhor sabe que eu sei, que o senhor sabe que eu tenho simpatia por si e tenho simpatia há muitos anos, isto entre parenteses agora é a parte do amor, por isso sem presunção da minha parte Sr. Presidente o senhor deveria escutar com mais atenção aquilo que eu lhe vou dizendo, para mais eu sou mais velho e isto aqui é um pouco como na tropa, a idade é um posto, não precisa de bater pala, mas a idade é um posto.

Sra. Presidente da Assembleia, o Partido Socialista votou em dois mil e dezasseis, votou em junho deste ano e vai votar hoje favoravelmente esta proposta, mas que fique escrito aqui nas estrelas que o José Manuel da Cruz Silvério considera isto um valor injusto para este acordo com estas duas freguesias.

Tenho dito, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão?

Tem a palavra a Bancada do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nós iremos votar favoravelmente, repetindo o que já disse anteriormente, e pelas mesmas razões.

Em todo o caso aproveitarei para frisar que nas nossas freguesias há aí zonas que nem uma vez por ano, se calhar, porque notei no último ano uma degradação na limpeza das bermas e estou-me a lembrar de várias estradas por onde passo e que abrangem até mais que uma freguesia do nosso concelho, e essas não têm acordos com a Junta e aí terá que haver uma maior fiscalização. Não pega somente a valorização de que as ervas agora crescem mais porque a intempérie, e o sol, e o frio, é verdade, mas depois também aquela

parte dos herbicidas, que nalguns casos não podem ser utilizados, mas, efetivamente, no último ano notou-se uma degradação na limpeza das bermas no concelho de Palmela. Isso tem que ser aqui referido e não estou a falar aqui da União de Freguesias que faz esse serviço. Quem faz o restante tem que tomar essa atenção e eu posso dar aqui alguns exemplos de estradas municipais que não tiveram um único corte e nem a reparação de bermas durante o ano inteiro de dois mil e dezoito, só se forem fazer agora em dezembro, depois se o Sr. Presidente quiser eu forneço-lhe esses dados pessoalmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções?

Sr. Presidente da Câmara pergunto se quer acrescentar alguma coisa?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente dir-lhe-ia só que tenho muito orgulho no processo de contratualização de descentralização de competências que é feito em Palmela há vários anos e que continua a ser feito. É até uma referência no âmbito das discussões que são feitas entre autarcas de freguesias noutras zonas do distrito, e no e no país, e temos tido, também, nesta matéria completa abertura e lisura no que diz respeito aos acertos quando eles têm de ser feitos mediante o trabalho efetivamente executado.

Não vou aqui entrar em pormenores de medições mas todos nós sabemos que, não obstante as medições, as passagens não são feitas integralmente em todos aqueles quilómetros até porque à bermas que são impossíveis de desmatar, como é óbvio."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Nada é impossível."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não estou a responder à senhora estou a fazer uma constatação, entenderá se entender, isto é um facto basta ver zonas onde tem muros, onde tem vedações e que, de facto, não são desmatadas, estou-me a referir no caso concreto à União de Freguesias e estas questões são bem analisadas e discutidas com a Sra. Presidente, como no passado foram discutidas com o anterior Presidente que foi ele que quis fazer por aquele valor, porque considerava que tinha máquinas paradas que podia utiliza-las. Também não vale a pena o Sr. José Manuel Silvério omitir essa parte da história porque foi uma experiência, como eu disse, e foi nesse valor que o anterior Presidente da União de Freguesias entendeu que queria experimentar, fazendo por aquele valor. Obviamente que a partir daí nós passámos a fundamentar, como fundamentamos qualquer contrato de Acordo de Execução ou Contrato Interadministrativo, com consultas ao mercado sobre valores de referência para esta ou aquela intervenção. A Junta está sempre protegida, as freguesias estão sem protegidas, desde logo porque podemos sempre fazer acertos e serem ressarcidos. Por outro lado é normal que as coisas aumentem, se ler as publicações do IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção eles dizem quanto é que aumentou o aço, quanto é que aumentou o gasóleo, quanto é que aumentou a mão-de-obra e dá uma média de vinte e um vírgula seis por cento nas obras públicas, aqui estamos a falar de máquinas e de pessoas que fazem prestações de serviços, é outra contratualização. A única coisa que nós aqui ganhamos é que não pagamos o IVA, caros Membros da Assembleia, porque como empresa pagaríamos o IVA, é a "poupança" que aqui está relativamente a outros orçamentos que teríamos para executar o mesmo tipo de trabalho e precisamente uma das normas, isto é pedagogia, a gente tem que ler a setenta e cinco de dois mil e treze para perceber que diz lá que tem que se garantir o interesse público e que não podemos pagar mais do que se fôssemos nós a fazer, a questão é essa porque não se pode aumentar a despesa e é por isso que nós pedimos consultas ao mercado. O senhor partiu do pressuposto que a consulta que fizemos para chegar ao valor de referência o ano passado que era de

alguém que não faria o trabalho mas engana-se, é de um prestador de serviços que trabalha para o Município quando as suas máquinas se avariam. É evidente e eu até costumo dizer à Sra. Presidente da Junta, esses prestadores de serviços vêm e levam o trabalho a eito, gastam as horas e os quilómetros que tiverem que gastar, eles não, andam para trás para a frente, vão fazendo, uma vez no ano, outra vez ou noutra, talvez aí houvesse, de facto, uma diferença de valor mas acredito que aqui não se trata de valores justos ou injustos, trata-se do valor real da prestação de serviço e nós não podemos ir além deste valor, se durante o ano voltar a haver problemas com o aumento dos combustíveis, do custo da mão-de-obra, etc., etc., é aquilo que fazemos e que temos estado a fazer, é fazer os acertos em reunião de Câmara que, por acaso, não vêm à Assembleia mas acredite e pode consultar as atas da reunião de Câmara que tem sido feitos e que as Juntas têm sido ressarcidas.

Não conheço, não vou falar de outras autarquias de outras cores políticas para compararem os protocolos com os nossos, ficamos por aqui os senhores depois façam esse exercício.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) três do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Proposta seguinte, Sr. Presidente."

PONTO CINCO – Alteração ao Acordo de Execução de Delegação de Competências – Limpeza urbana - Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e a União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Muito simples, este Acordo de Execução para a Limpeza Urbana tem pressuposto desde o início historicamente dizer-vos que isto começou com destacamento de pessoas para as Juntas de Freguesia, depois com a saída de pessoal e o envelhecimento de alguns quadros do Município as Juntas passaram a receber verbas para serem elas próprias a contratar e no quadro anterior, no quadro contratual anterior deste acordo, tínhamos o pressuposto de pagar quatro unidades funcionais de trabalho às nossas freguesias partindo do princípio que as duas pessoas que lá tínhamos estariam a trabalhar e a desenvolver esse trabalho.

Acontece que tem sido assim quase todos os anos, as pessoas têm vindo a sair, a reformar-se, e algumas com doenças graves que não lhes permitem voltar a desempenhar funções e, por isso, as freguesias têm-se visto impedidas de cumprir melhor o exercício desta competência porque, efetivamente, estão a contar com dois funcionários pagos pela Câmara, que têm sido ao longo dos anos geridos pelas freguesias, mas que, efetivamente, não estão lá e isto, de facto, no último ano e meio as pessoas não apareceram, não voltaram ao trabalho e então o que se propõe é que em vez de pagarmos quatro e ter lá duas pessoas que não

trabalham é que passemos a pagar seis integralmente e essas outras duas pessoas em cada uma das freguesias estão neste momento no quadro da Câmara, umas a aguardar juntas médicas, outras aposentação e se alguma voltara serviço terá certamente trabalhos melhorados e não seria nunca nestas funções que estariam ao serviço seja da Câmara seja das freguesias. Trata-se de passar a pagar na íntegra seis trabalhadores e respetivos encargos para que as Juntas tenham, efetivamente, possibilidade de contratar o pessoal que necessita para o exercício desta competência.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** ausentou-se da sala pelas 22:18 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre a proposta, questões?

Tem a palavra José Manuel Silvério, pela Bancada do PS."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sra. Presidente, sobre esta proposta achamos bem o financiamento às Juntas para seis pessoas, provavelmente depois de muita pressão por parte das respetivas Juntas. É, de facto, importante para estas três freguesias, porque são três Poceirão, Marateca e Quinta do Anjo, mas aqui tenho uma opinião muito pessoal que numa freguesia com a tipologia de cariz já muito urbana, como é o caso da Quinta do Anjo, que deveria haver financiamento para mais pessoal para poder executar em condições este protocolo, é uma opinião pessoal.

Talvez tenha sido por isso, que as freguesias de Palmela e do Pinhal Novo deixaram de querer esta Delegação de Competências, que o diga o ex-Presidente da Freguesia do Pinhal Novo, bom mas esta é a minha opinião, o PS vai votar favoravelmente.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, mais questões?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Se bem me lembro quando estive no executivo, e era a Vereadora Adília que detinha o pelouro, da Câmara não tínhamos quatro, no protocolo salvo erro era sete funcionários, nunca os tivemos isso é que é uma realidade, tínhamos quatro se bem me lembro. Já na altura o défice era três, agora com mais urbanizações, não havia as Colinas ainda totalmente construídas ou estavam a iniciar-se, Palmela Village é privado ao que me dizem, portanto, nem me vou agora importar com essa limpeza e varredura, daqui a uns tempos depois vou-me importar com certeza mas para já não, estes seis que aqui estão agora mesmo assim ainda faltam um em relação ao protocolo de há doze anos. Para a Quinta do Anjo não chega com certeza, para o Poceirão/Marateca acredito que face aos arruamentos e tudo o mais que fosse necessário o aumento nos protocolos anteriores era mais conseguido. Relativamente à Quinta do Anjo, eu acredito e dou como positivo a ideia que o Sr. Presidente teve, como os funcionários não iam, ou estavam de baixa, ou estavam doentes, ou não havia, ou para outro sitio, ou para trabalhos melhorados, que deu a hipótese à Junta e isso foi uma ideia positiva mas, mesmo assim, eu ainda hoje passei num arruamento de outra freguesia e andavam lá com as folhas para trás e para a frente logo às oito da manhã a limpar, ora ali nos Portais que se lembraram de pôr árvores daquelas com a folhagem que tem, isso tinham que andar lá todos os dias também, ora para

uma Freguesia daquelas seis funcionários não dá Sr. Presidente, é só isso. Mas a ideia é positiva, mas não chega e não chega agora como há doze anos, não estavam lá os sete, agora aqui temos seis.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções?

Sr. Presidente da Câmara."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

É só para, também, relembrar aos Srs. Membros da Assembleia que levantaram esta questão da insuficiência de pessoal, duas notas. Uma de caráter informativo é que a limpeza urbana em Quinta do Anjo, Cabanas e bairros é reforçada com a utilização de varredura mecânica alugada pelo Município que faz nos bairros de quinze em quinze dias, e que faz precisamente em Quinta do Anjo, Cabanas, Portais, todas as semanas, duas vezes por semana, portanto, não tirar daí outro tipo de elações. Já agora se quiser saber quantas pessoas nós temos, o Sr. Vereador Pedro Taleço pode dize, quantas pessoas estão a trabalhar em Pinhal Novo ou em Palmela, anda na ordem das seis/sete. Mas também acredito que com a descentralização que, e esta é de natureza política ou partidária, o PS e o PSD advogam que isto vai tudo para as Juntas e que vão ser muito bem pagas e que vão poder ter o pessoal todo.

Eu, por acaso, aguardo a posição da Associação Nacional das Freguesias porque a descentralização para as Juntas isto anda tudo muito caladinho, vem aí a bomba a seguir, mas, pronto, vamos ver depois como é, se serão mais generosos, porque aquilo que deveria acontecer nestas e noutras matérias já há muitos anos era competências próprias para as Juntas e com as verbas vindas dos impostos do Orçamento Geral do Estado. As Câmaras podem receber menos, recebem as Juntas, não sei é se as Juntas estão disponíveis para outras coisas, mas isso é uma discussão que pode ser que venhamos a ter aqui e espero que, nessa altura, os autarcas de Freguesia, todos, de todas as cores políticas se pronunciem e analisem a função das especificidades do seu território se aquilo que aí vem vai ser melhor ou pior.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** ausentou-se da sala pelas 22:23 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE) três do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Faltam-nos duas propostas, proposta número seis."

PONTO SEIS – Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente vou tentar abreviar dizendo que era um compromisso de mandato, também de várias forças politicas, para procurarmos ter no Município, também, um Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo.

Foi um processo participado teve, também, aqui algumas propostas de melhoria, nomeadamente o facto de termos aqui três níveis de ensino e na proposta da maioria inicialmente nós pensamos apenas em dois, no superior e no secundário, mas introduzimos aqui, também, a formação pós-secundária não superior, os designados cursos de especialização tecnológica que embora aqueles que nós conheçamos sejam praticamente todos financiados a cem por cento, como é o caso da ATEC, pode haver outras escolas, politécnico e outros, que haja alunos que necessitem deste apoio.

Eu penso que chegámos a um bom regulamento, que tem critérios claros, permite atribuir dez bolsas de estudo para cada um destes ciclos de ensino, uma única vez em valores diferenciados, quinhentos, setecentos e cinquenta, e mil, respetivamente.

O Regulamento como demora sempre muito mais, esta questão da abertura de procedimento para constituição de interessados, depois Câmara, Assembleia, nós introduzimos aqui uma cláusula que permite que para o presente ano letivo as candidaturas ainda possam ser feitas, no futuro, elas terão que ser feitas até trinta de setembro, se não estou em erro, mas ainda para o presente ano letivo podem ser apresentadas candidaturas, aliás temos sido contactados por isso, assim que viram as primeiras notícias sobre o assunto e, portanto, vinte dias após a publicação em edital, não precisa de ir a DR, faremos a devida divulgação não por edital mas em vários meios do Município, para que as famílias e os estudantes que entenderem possam candidatar-se.

Disse, Sra. Presidente, estou disponível para outras questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra Partido Socialista por favor."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente. Saúdo na sua pessoa, todos os presentes.

Realmente "*Mais vale tarde que nun*ca" que é um ditado português que resume bem o sentimento do Partido Socialista relativamente ao projeto de Atribuição de Bolsas de Estudo por parte da Câmara Municipal de Palmela, já que é velha, de oito anos, a solicitação do PS para a criação de um apoio aos alunos do concelho que por razões, sobretudo económicas, tenham dificuldade em dar continuidade aos seus estudos.

O presente projeto contempla a atribuição anual de trinta Bolsas de Estudo, um investimento global de vinte e dois mil e quinhentos euros abrangendo o ensino secundário, como o Sr. Presidente já disse, cursos de especialização tecnológica, pós-secundário, e o ensino superior.

Sendo este o ano de arranque da iniciativa e este projeto tem uma larga margem de progressão, pareceu-nos evidente que, por exemplo, no ensino superior será possível no futuro aumentar tanto o número de bolsas a atribuir, que se fixa atualmente numa dezena, como o montante de cada bolsa que atribui mil euros por cada aluno que a receba. Na realidade o ensino superior acarreta um nível de custos muito maior que o nos outros níveis de ensino, sendo que o mês de setembro é particularmente exigente nesse esforço financeiro por parte das famílias por existir uma série de despesas que são feitas nessa altura.

Neste sentido a atribuição da Bolsa no mês de janeiro, como está definido no presente regulamento, parece-nos tardia. Sabendo que não é fácil um encurtamento dos prazos, devido às matrículas que são feitas no

ensino superior em setembro, no entanto é claramente uma questão que poderá e deverá ser trabalhada no futuro.

Tão ou mais importante que o projeto em si é a sua divulgação, para lá da informação na página da internet do Município, de esclarecimento de dúvidas por telefone, e de outros meios, sugerimos também a elaboração de um folheto com toda a informação relevante e que o mesmo seja distribuído pelos diretores de turma aos alunos que estejam a frequentar o 9º e o 11º anos nas escolas do Concelho.

Esta ação poderá depois, a seguir, ser complementada com a presença em dois/três dias de uma pequena banca informativa nas escolas preparatória e secundária do concelho, em que técnicos da Câmara possam esclarecer as dúvidas *in-loc* dos alunos.

Para concluir, queremos reafirmar a satisfação do Partido Socialista em ver uma sua proposta de longa data ser colocada em prática com tudo o que isso significa de apoio e suporte aos jovens do concelho que têm vontade de continuar a valorizar-se, mas por razões decorrentes das suas circunstâncias muitas vezes são obrigados a desistir. Por isso, naturalmente, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 22:28 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia António Godinho.

Tem a palavra, o Sr. Membro da Assembleia, Carlos Oliveira."

O **Sr. Jorge Freitas do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 22:29 horas.

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Nós, no Bloco de Esquerda, registamos com agrado esta proposta, no entanto temos aqui algumas críticas a fazer em relação ao número de candidaturas que o Regulamento possibilita. Achamos que, tendo em conta as características do concelho, seja insuficiente uma vez que um território onde há uma predominância rural, nomeadamente nas freguesias de Poceirão e Marateca, e que é um grupo socioeconómico que ali reside com carências económicas maiores em relação à restante população do concelho, com dificuldades dos agregados familiares em comportarem as despesas de educação dos seus educandos, nós cremos que este número pode ser melhorado.

Por isso gostaríamos que, no futuro, este Regulamento fosse alterado para que abrisse a possibilidade de mais jovens daquela região, de mais agregados familiares, com mais carências económicas pudessem ter acesso a estas Bolsas de Estudo.

Disse, Sra. Presidente. De referir que vamos aprovar a proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções, Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra agora o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O nosso voto será favorável, no entanto tenho aqui também algumas ressalvas a fazer no sentido de melhoramento, como nós também temos aqui que ponto a seguir que já cá veio o Regulamento da Tabela de Taxas do Município, este ano, não sei quantas vezes, este também pode ver mais uma ou duas vezes.

O que é que sugeriríamos aí na natureza das Bolsas de Estudo, quando diz que é um ano a fundo perdido, ora uma família com dificuldades financeiras, eu mesmo antes do 25 de Abril as Bolsas de Estudo que conhecia e que eram concedidos eram ao longo do curso da pessoa caso a necessidade se mantivesse e concorresse, é claro. Nesse aspeto, acho que esse ponto terá que ser melhorado, porque a ideia das Bolsas de Estudo já existe antes de nós termos nascido todos, quase.

Depois, a atribuição de trinta Bolsas de Estudo por ano, também no nosso concelho, considero pouco e não será falta de verba porque o concelho, financeiramente, está bom de saúde, mas como isto é o primeiro ano eu penso que depois o Sr. Presidente e o Executivo farão uma avaliação e nos trarão a esta Assembleia o número de candidaturas, quantos foram do sexo feminino, do sexo masculino, as idades, a natureza dos cursos, que isso aí no mapa de Excel faz-se em quinze minutos, e então depois dessa avaliação com certeza chegaremos a conclusões que isto poderá ser um bocadinho mais alargado, mas para já considero a ideia positiva e votaremos favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Mais alguma intervenção?

Sr. Presidente da Câmara quer rematar?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza.

Em primeiro lugar uma nota de natureza política, não deixo de registar com muito espanto, à esquerda e à direita, que nesta matéria falaram como se a responsabilidade primeira do apoio ao prosseguimento de estudos, nestes níveis de ensino, fosse uma responsabilidade das Autarquias. Esta é a primeira nota e gostava que os senhores refletissem sobre isso, se entenderem refletir.Em vez de entenderem que isto é um complemento que procuramos fazer e que há que ter em consideração outras Bolsas e outros mecanismos de apoio, parece-me um erro político, ou meter a cabeça no buraco como a avestruz, até quem tem tido durante os anos de democracia responsabilidades políticas da governação ter criado sempre enormes dificuldades, propinas, aumentos de propinas, etc.,etc., isso é que eu gostava que tivéssemos aqui a falar, porque na Assembleia da República houve propostas que, infelizmente, ainda não passaram e que, de facto, poderiam dispensar esta colaboração dos municípios e fica para arrancar esta nota.

Depois, obviamente seja que Regulamento for todos estes regulamentos são passíveis de melhoramento em função até dos resultados que vierem a produzir, e até poderemos vir a ter situações de falta de candidatos que preencham os requisitos, ou talvez não, e, também, relativamente à preocupação por freguesia ela não faz sentido porque se, efetivamente, as pessoas desta ou daquela freguesia são aquelas que mais necessitam, são essas que vão ter as Bolsas ponto, são elas que vão ficar em primeiro lugar também não tem que haver aqui uma preocupação territorial.

Eu creio que devemos saudar é esta atitude desta autarquia, como outras, considerar que tem tido ultimamente condições financeiras para investir mais, como tem investido na educação, nos apoios socioeducativos, nas fichas de trabalho, indo além das suas competências e aqui também querendo fazer parte da solução e isso é que é de saudar. Vamos ver como é que as coisas funcionam e no futuro veremos, efetivamente, se o Regulamento precisa de alguns retoques. Agora Sras. e Srs. Membros da Assembleia, reflitam um bocadinho a quem compete estas coisas, isso é a mesma história de qualquer dia pagamos nós os livros, não! O caminho que tem que ser feito é a outro nível, o acesso ao ensino superior se queremos a qualificação dos nossos jovens, tem que ter outros incentivos e cabe sobretudo ao Estado Central fazê-lo, porque é um investimento do país na qualificação dos seus quadros e dos seus cidadãos e assim como ultimamente tem havido abertura no âmbito da escolaridade obrigatória para maiores apoios de natureza social, como vamos ter agora os livros gratuitos até ao 12º ano, etc., esse caminho tem que ser feito também pelos Governos e pela Assembleia da República neste discurso e no ensino Superior e de uma forma universal.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia…"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Só uma pequena questão que eu me esqueci e já agora saliento.

Aqui nos critérios de seleção, diz que é considerada condição preferencial, mas deve ser condições preferenciais, são várias, pela seguinte ordem, entre outras, se calhar que depois possam existir e fala aqui também, na d) por exemplo ser Bombeiro Voluntário no concelho, que eu considero positivo, mas também considerarmos que como temos, também, como expectativa a criação da Bolsa de Voluntariado que na futura alteração do Regulamento sejam abrangidos também outro tipo de voluntários nos critérios, entre outros, e que no primeiro parágrafo na atribuição das Bolsas de Estudo pela seguinte ordem, são consideradas condições preferenciais, entre outros.

É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse, Sra. Membro da Assembleia?

Sr. Presidente, podemos continuar?

Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) três do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos para a última proposta Sr. Presidente."

PONTO SETE – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Palmela – Alteração.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado Sra. Presidente.

Queria só fazer um enquadramento desta proposta, que isto não é uma alteração pela alteração é uma alteração que tem novidades, naturalmente, e tem novidades porque aprovámos, também, neste órgão máximo deliberativo operações de reabilitação urbana e tendo aprovado as operações de reabilitação urbana e pressupondo incentivos, reduções, etc., temos agora que plasmar isso no Regulamento e temos que fazer a alteração. O que se procurou fazer foi, digamos, coexistir e nalguns casos ampliar o conjunto de isenções, reduções e incentivos que já existiam no Plano Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana, que já existem no FIMOC, no caso concreto do Centro Histórico, e agora isto é, de certa forma, alargado a outras zonas do

Concelho que são as zonas da operação de reabilitação urbana e nalguns casos ampliado, que esta coisa dos incentivos fiscais IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, etc. Este documento e esta a alteração que tem aditamentos, não é uma alteração de redações, tem aditamentos, tem novidades, era indispensável para que a operação e os candidatos a estes processos de reabilitação possam usufruir na plenitude destes incentivos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta? Questões?

Tem a palavra o Partido Socialista.

A **Sra. Dulce Marques do PS:**

"Boa noite a todos.

Reiterando o já anteriormente referido aquando da deliberação e aprovação em Assembleia Municipal das estratégias de reabilitação urbanas associadas à ORU, saudamos os incentivos e benefícios a aplicar às ações de reabilitação urbana, nomeadamente através de isenções ou reduções de taxa.

Esta será uma forma muito concreta de contribuição para a requalificação e valorização do nosso património, desejando que, na prática, o município não esteja a dar com uma mão e a retirar com a outra, já que estamos conscientes que a requalificação poderá também levar à futura subida efetiva dos IMI's, dos edifícios alvos de melhoria.

Referir, no entanto, que o que esta Assembleia está esta noite aqui a deliberar deveria ser a alteração efetiva ao Regulamento e não a proposta de alteração. Pela informação que nos chegou em resultado da consulta pública não ocorreram alterações ao texto final regulamentar, aprovado em reunião de Câmara de vinte e dois de agosto de dois mil e dezoito, a vinte e seis de novembro a Divisão de Administração Urbanística e do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional da Câmara Municipal de Palmela introduziu pequenas correções que não alteram o deliberado em reunião de Câmara, pelo que concluímos e um bocadinho, como estava a dizer exatamente, que o que iremos votar favoravelmente será o texto final do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, isto é alteração em si e não a proposta enviada que é o documento que nós temos aqui, disse.

Boas festas a todos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sra. Membro da Assembleia Dulce Marques.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão mais sobre esta proposta?

Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Uma brevíssima e telegráfica nota, é só para dizer que esta questão do IMI, obviamente, se houver ampliações e se houver valorização do património ela tem que ser feita e é uma questão da Autoridade Tributária, mas convém não esquecer que, na parte que nos toca, à isenção de IMI por um período de três anos e consoante a reabilitação que é feita, não há esse perigo. Eu creio que os incentivos são atrativos, daquilo que conheço até de outros municípios, e oxalá haja, como tem estado a haver felizmente, maior dinâmica na reabilitação do nosso edificado e que os particulares e proprietários aproveitem esta

oportunidade. Nós procuraremos e temos previsto uma nova campanha, já houve uma reunião muito participada com o IFRRU, participaram setenta e tal pessoas, foi muito bom, mas iremos fazer outra também em Pinhal Novo, Sr. Vereador não se esqueça desse compromisso porque queríamos fazer logo uma em Palmela e Pinhal Novo e só conseguimos fazer em Palmela, e teremos uma campanha de divulgação que vai acompanhar-nos durante vários meses para que as pessoas não se esqueçam esta oportunidade.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Então, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar a última proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) três do PPD/PSD.CDS-PP.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e quarenta e seis minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos seis de dezembro de dois mil e dezoito.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete